

# Compartilhe

Dezembro 2016 - Nº 6

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

**DOIS ANOS DE TRABALHO**

**Diálogo e  
aproximação  
com a sociedade**  
Pág. 8

## **Arquivo reúne quatro séculos de histórias**

**Projetos abrem  
novos caminhos  
para os jovens**

Pág. 4

**O paraíso fica  
em Fernando  
de Noronha**

Pág. 12

**TJRJ: sétimo  
recorde de  
produtividade**

Pág. 15



## Trabalho e realizações

O trabalho faz parte da vida dos seres humanos. Foi através dele que as civilizações conseguiram se desenvolver. Dois anos de realizações à frente de uma instituição com a importância do Poder Judiciário do Rio de Janeiro deixam resultados que alcançam a sociedade e melhorias no funcionamento interno. Algumas destas marcas são apresentadas nesta sexta edição da revista *Compartilhe*, que revela, ainda, que 80 por cento das metas programadas pelo Plano Estratégico foram alcançadas.

A *Compartilhe* divulga também o Arquivo Central do TJRJ, que recebe 20 mil novas caixas por mês. E 20 mil processos são desarquivados no mesmo período. É um trabalho intenso realizado com afinco por uma equipe treinada para catalogar estes documentos de acordo com regras rígidas de arquivamento. Ali estão preservados documentos que datam do século XVIII e histórias do cotidiano do Rio desde o período da escravidão.

O Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE), um dos encarregados de ações de valorização da cidadania, desenvolve programas que oferecem qualificação profissional e apresenta aos jovens e seus familiares uma nova chance de inclusão social. Alguns destes jovens e os responsáveis pelo acompanhamento destes projetos relatam suas experiências e contam como estas oportunidades ajudaram a transformar suas vidas.

Um passeio por Fernando de Noronha pode nos colocar muito perto do paraíso. Descubra por quê. E aqui no Centro, bem próximo do TJ, existe um belo espaço verde criado para um passeio tranquilo entre prédios históricos do Rio. Aproveite seu tempo.

A EDITORIA

## Homenagem a Joel Rufino

Leitura dramatizada emociona a plateia e a família



Presidente elogiou o antigo diretor

Professor, escritor, historiador e jornalista. Muitos títulos acompanham o nome de Joel Rufino dos Santos, que ocupou o cargo de diretor-geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGC) do Tribunal e morreu em setembro do ano passado. Entretanto, Joel, mais que um profissional multifacetado, foi marido, amigo e pai, e esse lado o público pôde conhecer no Salão Histórico do Tribunal do Júri, no tributo feito em sua memória, em setembro.

Com a exibição de um vídeo, um bate-papo com seus amigos – entre eles a cantora e atriz Zezé Motta – e leitura dramatizada das cartas enviadas a seu filho Nelson, então com 8 anos, durante sua prisão na década de 1970, compiladas no livro “Quando Eu Voltei, Tive Uma Surpresa”, o evento contou com a aber-



Zezé Motta: músicas preferidas

tura feita pelo presidente do TJRJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. Ele dedicou algumas palavras ao professor: “Joel foi um exemplo de grandeza de um homem que soube responder aos maiores anseios do povo brasileiro”. Mauro Ventura, atual diretor-geral da DGC, também prestou sua homenagem. “Joel marcou sua gestão com ações inovadoras de aproximação do Poder Judiciário à sociedade”.

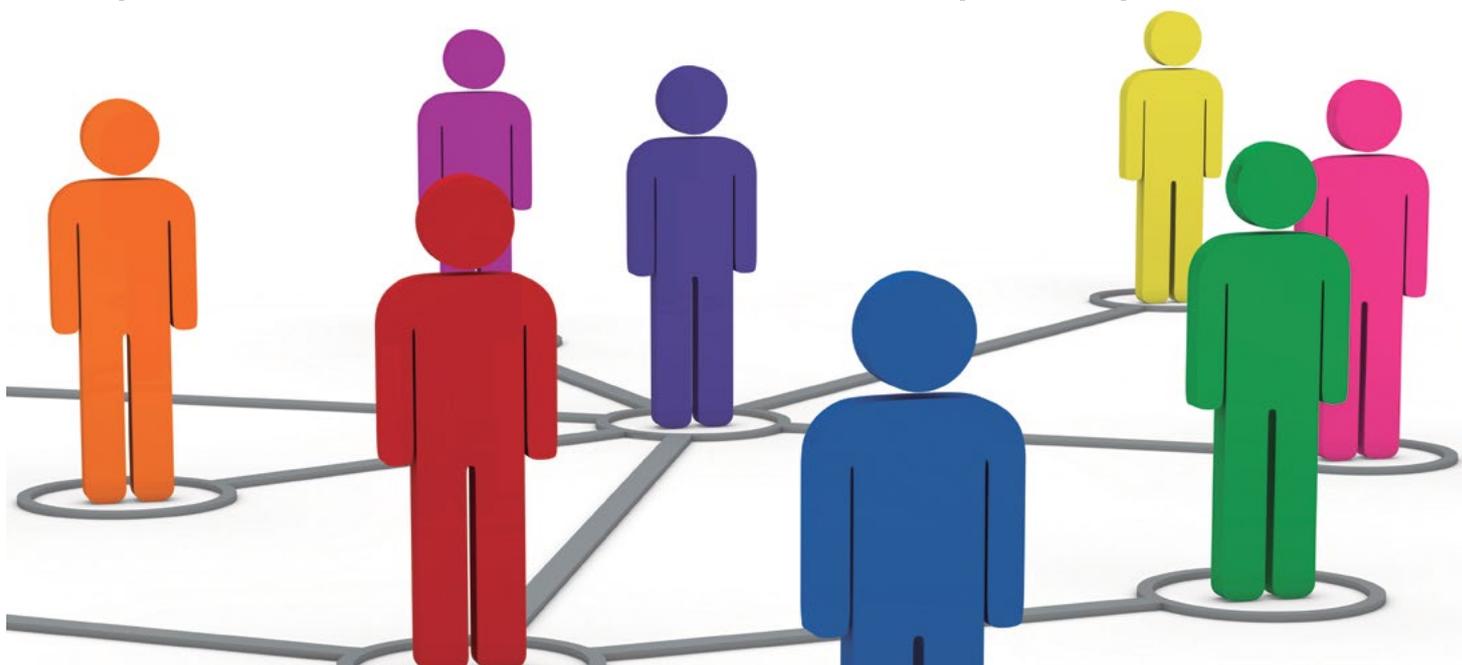
A leitura dramatizada das cartas, conduzida pelos atores William Vorhees e Rose Abdalla, emocionou a plateia. Houve ainda uma roda de conversa que contou com a presença de Cecília Coimbra (do grupo Tortura Nunca Mais), do coronel aposentado da PM Jorge da Silva, do desembargador Fernando Foch e da cantora Zezé Motta.



Cel. Jorge da Silva, Cecília Coimbra, Mauro Ventura, Zezé Motta e des. Foch

# A lei é um direito de toda a sociedade

Estar presente nas diversas instâncias sociais é o que se espera do Judiciário



Em outubro, minha mãe, com 87 anos, bastante ativa e cuidadosa, caiu em casa e quebrou o fêmur. A cirurgia de urgência obteve êxito.

Quem a salvou foram as mãos abençoadas de um ortopedista que colocou toda sua habilidade e inteligência à disposição da enferma, com precisão e sucesso.

Ao acompanhá-la para retirada dos pontos, agradei ao grande médico, que lembrou que eu havia, como Juiz de Direito, realizado audiência em litígio.

Como se diz na linguagem popular, “o mundo dá muitas voltas”. Estava ali perante alguém que me conhecia, salvando minha mãe do pior. Confesso que fiquei feliz.

Percebi, mais uma vez, que decido fatos envolvendo pessoas. Amanhã as pessoas podem decidir sobre minha vida. Pensando assim, continuo com a humildade que só me fortalece e muito distante da soberba, que só prejudica. Aprimorar o trabalho é um dever crescente.

Tive a certeza, mais uma vez, que o magistrado deve ser al-

guém imparcial, sereno e equilibrado no dia a dia. Não deve permitir que o poder seja desviado de sua finalidade, e o respeito a todos é algo natural e ao mesmo



*Desembargador Peterson Simão*

tempo um dever. Somos todos cidadãos da mesma sociedade, integrantes da mesma população em que ninguém é melhor e todos são igualmente importantes, cada qual posicionado em sua simples tarefa de bem servir.

Creio que a Magistratura fluminense é próspera e atinge o seu ideal ao julgar com independência, respeitando o vencedor e igualmente o vencido com paciência e educada firmeza. O magistrado sabe que deve servir à paz social e trabalhar com eficiência no exercício da função constitucional para resolver os conflitos de interesses provenientes de todos os concidadãos que batem às portas da Justiça.

O Poder Judiciário tem se movimentado de forma incansável para que as verdadeiras obras de dar a cada um o que lhe pertence possam ocorrer aqui e ali, à disposição da sociedade em todas as comarcas. A complementação das atividades do Judiciário vem com a realização de plantões, a chamada “Justiça Itinerante”, casamentos comunitários, audiências públicas, ações e projetos sociais, mediações, mutirões, ouvidoria, tudo com visão e transparência. Lembrem todos: a sociedade espera “que cada um cumpra com seu dever”. Assim fazem os magistrados no exercício da função judicante.

# Projetos abrem novos horizontes de trabalho

“Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade”. Essa é a visão institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Entre as diversas formas de pacificar e resolver conflitos, a inclusão é a melhor delas. A inserção ou recolocação no mercado de trabalho, além de promover a cidadania, eleva a autoestima de diversas famílias a partir da conquista de uma oportunidade profissional.

Com essa proposta, o Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE) lançou quatro projetos no TJ que oferecem qualificação profissional e acompanhamento social, trazendo esperança para pais, mães, jovens e famílias em um futuro melhor. Os programas são: Jovens Mensageiros, Justiça Pelos Jovens, Pais Trabalhando e Começar de Novo, todos sob a supervisão geral da diretora da divisão, Marilena Lemos da Silva, e da diretora de departamento, Rosileia Di Masi Palheiro.

“Ao todo, possuímos 100 vagas nos Jovens Mensageiros, 92 vagas nos Pais Trabalhando, 90 vagas no programa Justiça Pelos Jovens e 80 vagas no Começar de Novo. Esses dois últimos são para pessoas que passaram por problemas com a justiça, ressaltando a importância de mostrar para estes participantes que a mesma instituição que os puniu é a que irá abrir portas para eles terem uma nova vida. Tira o caráter apenas de castigo e coloca a chance de transformação em pauta”, ressalva a diretora e assistente social Marilena Lemos.

## Pais Trabalhando

Oportunidade profissional a mães e pais em vulnerabilidade social: esse é o objetivo do projeto iniciado em 2003. Ele oferece capacitação para inserção no mercado formal de trabalho. Marcus Vinicius



Tatiana (ao lado de Thyago): Há um mundo além da realidade dos jovens

Peçanha integrou-se ao projeto em 2013 por dois anos e foi contratado pela Divisão de Administração do Foro Central (DIFOR) como auxiliar operacional. Conheceu o programa através da ONG “Ide Missões”, em Gramacho, Duque de Caxias.

“Eu estava para casar e conheci o projeto. Comecei na reciclagem e passei a trabalhar como auxiliar de documentação. Foi uma oportunidade única na minha vida. Com dedicação e força de vontade, podemos conseguir tudo aquilo que a gente sonha”, afirma Marcus Vinicius.

## Começar de Novo

O recomeço de vida por meio da inclusão no mercado formal de trabalho. Essa é a missão do Começar de Novo, projeto voltado para pessoas com condenação criminal em regime aberto, egressos ou que cumprem penas restritivas de direito. Supervisionados pela equipe técnica do DEAPE, que inclui psicólogos e assistentes sociais, o programa capacita e estimula uma nova vida aos participantes ao oferecer oportunidade de emprego.

A diretora em exercício do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE), Claudia Teixeira

Nunes, ressalta a importância que o projeto tem no dia a dia do Tribunal.

“O programa busca promover uma nova perspectiva de vida através do trabalho para os participantes. Oferece ferramentas aos integrantes para que, ao saírem do projeto, possam continuar inseridos no mercado de trabalho formal ou informal. Além de notarmos que os participantes agarram aquela oportunidade com ‘unhas e dentes’, constatamos que, ao sair do projeto, a reincidência é mínima, ou seja, mais uma pessoa recuperada e menos um caso para a justiça”, afirma Cláudia.



Claudia Nunes: baixa reincidência

# Vontade de mudar motiva os participantes



Marilena: chance de transformação

## Jovens Mensageiros

Com a supervisão da Equipe Técnica do DEAPE, jovens entre 18 e 24 anos vindos de famílias de baixa renda ou em situação de risco social recebem capacitação e encaminhamento para desempenhar a função de mensageiros no TJ. O projeto oferece auxílio escolar, atividades culturais, acompanhamento social, psicológico e capacitação na Escola de Administração Judiciária.

Thyago Silva, 23 anos, foi um dos participantes do projeto entre 2012 e 2014 e hoje é contratado como auxiliar de expedição do

TJRJ, após conhecer o programa por intermédio de amigos.

“Minha educação, minha cultura e toda minha visão social foram muito ampliadas graças ao projeto. Hoje curso o sétimo período de administração, o que só foi possível depois da minha participação. A mudança mais importante foi o aumento da minha determinação diante da vida e a vontade de crescer profissionalmente. Hoje, eu me vejo cursando pós-graduação, mestrado e penso em fazer concurso público. O patamar de vida que quero para mim aumentou muito”, conta Thyago.

## Primeira experiência profissional traz nova visão de mundo

O programa Justiça pelos Jovens, voltado para pessoas entre 18 e 24 anos que cumprem ou já cumpriram medidas socioeducativas, oferece a primeira experiência profissional no mercado formal de trabalho, além da oportunidade de inserção social. Há treinamento para desempenho de funções específicas no Tribunal, além de reforço escolar, palestras, acompanhamento psicológico, assistência social e passeios culturais.

“A principal mudança que buscamos nos participantes é abrir o horizonte para os estudos e mostrar que existe um mundo que vai além da realidade em que eles viviam. A missão é inserir jovens no mercado formal de trabalho e despertar a motivação deles para uma nova vida”, explica Tatiana Guimarães, assistente social do DEAPE.

Quando tinha 14 anos, Yuri de Souza se envolveu em uma briga com um vizinho. Condenado a cumprir medida socioeducativa por seis meses, Yuri recebeu um convite do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para participar de um processo seletivo no TJ. E foi então que sua vida começou a mudar.

## “Hoje eu acredito num futuro melhor”

**Compartilhe:** Há quanto tempo você faz parte do projeto?

**Yuri:** Fiquei dois anos no projeto. O CREAS me apresentou o programa Justiça Pelos Jovens e eu vi ali uma oportunidade para mudar minha vida. Após ser selecionado, comecei a trabalhar na 16ª Câmara Civil fazendo recebimentos de processo, participando de sessões, anotando preferências de advogados, colocando processos em pauta.

**Compartilhe:** Qual a importância do projeto na sua vida?

**Yuri:** Eu morava em uma comunidade em Nova Iguaçu. Lá, eu não tinha noção de como o universo era grande. Vindo pra cá, pude conhecer outras pessoas, outras histórias, adquirir maturidade e aprender a me portar em sociedade. Além disso, o projeto me permitiu complementar a renda. Conheci participantes do programa para quem o salário recebido aqui era a única fonte de renda de toda a família.



Yuri tentará uma vaga em Direito

**Compartilhe:** Qual é a sua perspectiva para o futuro?

**Yuri:** Hoje sou contratado como auxiliar operacional na Diretoria-Geral de Logística (DGLOG), vaga que consegui graças ao projeto. Terminei o ensino médio e agora estou tentando vaga para a faculdade de Direito. Graças ao projeto, eu passei a ter gosto pelos estudos e hoje posso acreditar em um futuro melhor para minha família e para mim.

# Arquivo Central, uma história viva



Documentos do século XIX fazem parte do acervo da Justiça do estado

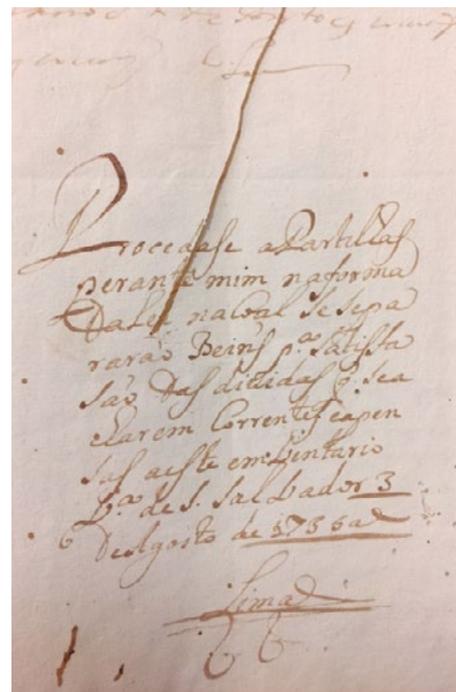
Pereira Passos, o prefeito do bota-abixo, pede em testamento de 1913 não convidar amigos para seu enterro; o tenente do exército Dilermando de Assis é absolvido em processo criminal pela morte do escritor Euclides da Cunha, em 1913, cuja brilhante defesa é realizada pelo criminalista Evaristo de Moraes; um senhor de escravos exige em ação cível, de 1857, a devolução de seu dinheiro pago pela escrava Efigênia “por dar-lhe ataques” e ser epiléptica; e outro fazendeiro, Manoel Araújo Neves, consegue na Justiça, em 1869, a condenação do “negro Patrício”, por furto, a uma “pena de 300 açoites, não se lhe podendo ministrar mais de 50 por dia, na forma do artigo 60 do Código Criminal”. A história do país passa pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Entre os mais de 30 milhões de processos judiciais de todas as comarcas do estado sob a guarda do Arquivo Central do Tribunal estão acondicionados milhares de processos de justiça considerados históricos, ou seja, aqueles que são fontes constan-

tes para pesquisa e que ajudam a estabelecer a narrativa cultural e histórica brasileira.

Mais de 600 mil caixas de documentos ocupam quatro andares do Arquivo, em São Cristóvão. A esmagadora maioria será descartada com o tempo. Mas na peneira minuciosa de avaliação de historiadores da equipe são separados diariamente processos de estimado valor histórico.

Descobrir preciosidades documentais é um trabalho de inteligência e apuro, e não compromete a operação de chegada e saída de documentos, a atividade mais frequente do Arquivo, vinculado à Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento Caminhões e vans despejam mensalmente no pátio de São Cristóvão 20 mil caixas de novos processos, catalogados desde o nascedouro nos cartórios. Em cada caixa é aplicado um código de forma a facilitar a localização física do documento requisitado.

Outros 20 mil processos são desarquivados mensalmente. São os



O mais antigo: 3 de agosto de 1735

chamados documentos intermediários, requisitados constantemente por desembargadores, juízes, serventias e advogados. “O desarquivamento de um processo é feito em até dois dias e chega a seu destino corretamente, sem erros”, garante o diretor do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos do TJRJ, Márcio Teixeira. O procedimento de



Márcio: 20 mil novas caixas ao mês

catalogação, localização, arquivamento e desarquivamento dos documentos é referência para muitos tribunais de outros estados.

O arquivamento e o descarte dos processos seguem padrões do Conselho Nacional de Justiça. As ações cíveis, por exemplo, são eliminadas após 10 anos; as criminais, trabalhadas em duas vertentes: para os réus condenados, os arquivos são guardados permanentemente; no caso de absolvição do réu, o documento é descartado em cinco anos após a baixa do processo.

“Nos últimos três anos, rejeitamos 2,3 milhões de processos, ou seja, 230 milhões de folhas de papel”, contabiliza Teixeira.

Mas nem tudo rodava redondo como agora. Antes da inauguração do Arquivo Central, em 2005, os documentos ficavam guardados e espalhados nas mais de 81 comarcas de Justiça do estado e também nas regionais, o que dificultava a descoberta de documentos de valor.

Uma série de antigas ações de justiça chama a atenção dos servidores que trabalham no Arquivo Central e de centenas de pesquisadores que se debruçam sobre essa papelada para concluir teses, livros e trabalhos científicos. O mais antigo de posse da instituição é uma escritura de 1735, da Comarca da então Vila de São Salvador Parahiba do Sul, que trata da divisão de bens de um casal. Pela análise de uma série de inventários e testamentos dessa mesma época, é possível delinear o perfil e a história familiar dos fazendeiros do Brasil Imperial. Sabe-se, por exemplo, que no Vale do Paraíba os casamentos eram arranjados, de preferência entre as famílias de fazendas contíguas, de forma a agigantar suas posses. Era comum e garantia poder na região.

Escritos a bico de pena em papel de ótima qualidade, muitos destes documentos do século XVIII requerem olhar cauteloso e técnico de historiador, de maneira a decifrá-los pela paleografia. Para um lei-



*Identificação e classificação do material exige tecnologia e cuidados especiais*

go, rabiscos parecem códigos, para o historiador treinado, bênçãos.

Os maiores acervos históricos catalogados do Arquivo Central são os quatro mil processos cíveis do período entre 1751 a 1850 e as ações de escravos que somam 1,3 mil documentos, todos cuidadosamente acondicionados em caixas plásticas em uma sala com temperatura e umidade controladas.

Outros documentos relativos a personalidades de época chamam a atenção por suas curiosidades. Como o testamento de Pereira Passos, por meio do qual se depreende

brado na Rua Conde de Lages; outro na Rua Alice 62, em Laranjeiras, e um prédio na Rua 24 de Maio.

Pereira Passos era sócio da empresa Paulo, Passos & Companhia, ligada à construção “com negócios de madeira e materiais e serrarias a vapor”. De próprio punho, determinou como seria seu enterro no cemitério do Caju: “Em nome de Deus amém. Sou católico, apostólico romano, natural de São João Marcos, filho legítimo do barão e da baronesa de Mangaratiba, Dona Maria de Andrade Passos ... que meu enterro seja feito com maior

#### Arquivo Central em números

230 milhões	folhas descartadas nos últimos três anos
30 milhões	documentos atualmente guardados
20 mil caixas	chegam ao Arquivo mensalmente
1,1 milhão	novos processos anuais monitorados pelo Arquivo
20 mil	processos desarquivados por mês

que amealhou consideráveis posses e bens que deixara para os quatro filhos: um prédio na Rua das Laranjeiras 251; dois prédios de dois andares na Rua Santa Luzia (próximos ao Morro do Castelo, destruído pelo prefeito e discípulo Carlos Sampaio anos mais tarde); um so-

simplicidade não se fazendo convites para o mesmo ... e colocando-se sobre a tampa do caixão meu busto de bronze que está em minha casa”.

Assim foi cumprida pelos familiares a determinação do prefeito, reconhecida em documento datado de 7 de abril de 1913.

# Dois anos de trabalho aproxima

Diálogo constante com a sociedade e maior atuação do Judiciário traduzem os principais programas e ações do Plano Estratégico para o Biênio 2015-2016, que dividiu em projetos a intenção da Justiça de consolidar-se como instituição pacificadora capaz de levar soluções aos conflitos da sociedade.

A partir desta estratégia que os projetos foram criados. Passados dois anos de trabalho, pode-se constatar que quase a totalidade das metas foi

atingida. Deve-se considerar que alguns fatores externos e inesperados impactaram o resultado, como, por exemplo, a grave crise fiscal que o estado atravessa.

Mesmo com o êxito alcançado, não há um ponto final para os objetivos. Afinal, tornar-se mais atuante como poder mediador de conflitos é a meta constante do Poder Judiciário nas sociedades modernas.

A seguir, algumas das grandes linhas de trabalho.



Lâmina II do Palácio da Justiça

## Comunicação

A transparência das informações e o fortalecimento da comunicação com a sociedade têm sido trabalho constante no TJRJ desenvolvido pelos dois setores da Comunicação: o institucional e o de relacionamento com a mídia. Para estimular a integração interna, em 2015 foi criado o Departamento de Comunicação Institucional. Ligado a ele, nasceu o Fale Servidor com a Presidência. A interlocução com a sociedade vem sendo suprida com a divulgação de campanhas e ações institucionais nas redes sociais, site e imprensa. O Facebook, o Twitter e o Instagram são ferramentas criadas no ano passado e aperfeiçoadas para a divulgação dos trabalhos voltados para o interesse social e de decisões judiciais de grande relevância.



## Ações sociais

Uma das prioridades do TJ é o exercício de ações sociais, prática que vem tendo lugar de destaque. Em julho de 2015, o Tribunal deu início à Campanha de Conscientização e Valorização dos Direitos dos Idosos. Com o lema “Uma lei que precisa pegar”, chamou atenção para o Estatuto do Idoso, concentrando esforços junto às serventias para dar efetividade à lei que impõe prioridade aos processos com pessoas de mais de 60 anos. Em dois meses de ações, foi alcançada a marca de 9.943 sentenças e mais de 16 por cento dos processos foram movimentados.

Outro destaque foi o Programa de Apadrinhamento, ganhador do prêmio Innovare de 2015, cuja ação foi estendida para todo o Estado. Fortalecendo essa ideia, em junho

de 2016 o projeto estimulou os servidores a se tornarem padrinhos, facilitando a adesão ao programa através de um formulário online. Criado pelo juiz titular da 4ª Vara da Infância e da Juventude, Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, a iniciativa propõe que os interessados possam ajudar crianças abrigadas ou os próprios abrigos através de três modalidades de apadrinhamento: afetivo, provedor ou prestador de serviços.

Adoção também foi uma pauta prioritária. Em 2015, com os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) comemorados em maio, o TJRJ estabeleceu a meta

# nam a Justiça da sociedade



## Atenção ao serventuário

Mesmo com a crise financeira do estado, o grande desafio da administração foi garantir os pagamentos do duodécimo e dos salários no último dia do mês. A partir de abril de 2015, os servidores do TJ passaram a receber seus vencimentos na nova data, antiga reivindicação da categoria (com exceção do mês de outubro). Outra medida importante para magistrados e servidores diz respeito à aprovação na Alerj do Auxílio-Educação. Além disso, em agosto de 2016, por meio de Ato Administrativo, foi assegurado que os servidores receberão, automaticamente, na ocasião da aposentadoria ou por motivo de falecimento, férias e licenças-prêmio em pecúnia.



de alcançar mil adoções naquele ano. Em maio em 2016, o Tribunal se dedicou ao “Adoção em Pauta”, esforço dos magistrados e servidores em acelerar estes processos. A ação alcançou a marca de 317 sentenças naquele mês.

Relacionado à saúde, o Tribunal deu o seu apoio a campanhas como o Dia Nacional de Conscientização do Autismo, que aconteceu em março de 2015, iluminando o Museu da Justiça com a cor azul. Já luzes amarelas iluminaram o Antigo Palácio da Justiça durante o Setembro Amarelo, mês da campanha mundial de prevenção do suicídio. Além disso, o TJ promoveu debates e palestras sobre o tema.

## Mulher

Na área de atendimento à mulher, o TJ atuou fortemente no último biênio. Foram criadas medidas e campanhas a fim de conscientizar e agilizar os processos judiciais, principalmente relativos à violência de gênero.

O Observatório Judicial de Violência contra a Mulher, lançado em 2015, é um instrumento de estudo e análise. Funciona como base de dados e análises para aumentar a eficácia das ações do Tribunal. Também foi instituída a Ouvidoria da Mulher, canal direto para sugestões, dúvidas e reclamações de mulheres sobre os processos judiciais ligados ao tema.

Três outras iniciativas reforçam a rede de proteção legal a favor da mulher: o Projeto Violeta, a Semana da Justiça pela Paz em Casa e a Sala Lilás.

O Projeto Violeta deu celeridade aos processos de maneira a garantir segurança e proteção às

mulheres vítimas de violência. A partir de convênio assinado em março de 2015 com a Polícia Civil, a Defensoria Pública e o Ministério Público, as medidas preventivas passaram a ser concluídas em poucas horas.

A Justiça pela Paz em Casa, campanha liderada pela presidente do STF, Cármen Lúcia, tem o Tribunal de Justiça do Rio como grande aliado. De março de 2015 até agora foram realizadas seis edições da campanha. Na quinta edição, foram proferidas 1.786 sentenças, contra 214 da primeira edição.

Já a Sala Lilás é um projeto de parceria do TJ, da Polícia Civil, das secretarias municipal e estadual de Saúde, além da Secretaria Especial de Política para as Mulheres e o Rio Solidário para atendimento exclusivo e humanizado no Instituto Médico Legal (IML) a mulheres vítimas de violência.

## Plano estratégico



O Plano Estratégico do TJ - conjunto de projetos elaborados de acordo com a visão dos gestores - terá sua fase bianual encerrada em 2016 e apresentará a média alcançada de 80 por cento dos objetivos traçados. A marca pode ser resumida em quatro conceitos: Transparência, Eficiência, Abrangência e o uso de Recursos Humanos próprios.

Uma das novidades foi a inte-

gração com o Plano de Ação Governamental, tornando-o alinhado aos programas oficiais e utilizando a mesma tecnologia adotada pelo CNJ, o que ampliou o diálogo e amarrou seus compromissos aos recursos existentes. Magistrados, servidores, representantes de sindicatos e associações de classe participaram democraticamente da formulação das proposições adotadas.



## Sustentabilidade

Atento ao conceito da responsabilidade socioambiental, o TJ lançou o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), com 56 iniciativas que se desdobram em 215 ações no dia a dia do TJ. O plano foi concebido com sete eixos: “Uso Racional dos Recursos Naturais”, “Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos”, “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, “Educação, Comunicação e Sensibilização Ambiental”, “Licitações Sustentáveis”, “Construções Sustentáveis” e “Responsabilidade Social”.

Preocupado com a qualidade de vida de magistrados e servidores, foram adquiridos 18.700 computadores com requisitos ergonômicos. O Departamento de Saúde também elaborou uma cartilha de ergonomia a ser distribuída para os funcionários, além de desenvolver iniciativas como, por exemplo, o Programa de Combate à Obesidade. O TJ também assinou convênio com a Light e substituiu equipamentos de refrigeração de alto consumo, gerando redução mensal de 29 por cento no dispêndio com energia. Em abril, foi assinado um protocolo de intenções para formar a Rede de Sustentabilidade junto com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado e o Jardim Botânico. Outras 49 entidades aderiram ao convênio.



## Cultura

Tornar a comunicação com a sociedade mais eficiente e gerar mais proximidade. A partir dessa ideia a área de cultura ganhou brilho com os projetos iniciados nesta gestão pelo professor Joel Rufino, que ocupou a Diretoria de Comunicação e de Difusão do Conhecimento, e outros desenvolvidos por Mauro Ventura, que o sucedeu no cargo.

Eventos como o Desenforçamento de Tiradentes, que lotou o antigo Palácio da Justiça, e o Baile de Charme, que tomou conta dos arredores do TJRJ e levou o público a dançar nas ruas.

Além disso, foram intensificados os programas culturais no Museu da Justiça e no Centro Cultural do Poder Judiciário. Exposições ganharam destaque, como “Os Dez Crimes que Chocaram o Rio”, idealizada a partir de reportagem de jornal carioca, assim como uma série de debates, shows e peças que garantiram ao Museu e ao Centro Cultural a participação do público.



## Melhorias na 1ª Instância

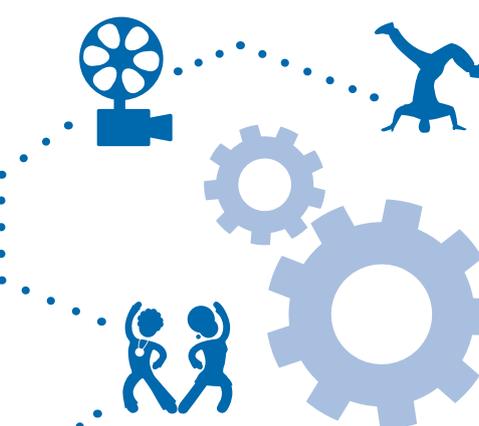
A administração deu continuidade à obra de readequação da Lâmina I do Fórum Central e retomou as obras nos fóruns de Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Iguaba e São João da Barra. O Conselho da Magistratura instituiu o Regime Especial de Trabalho à Distância na 1ª Instância, o que significa que o servidor pode ser vinculado tecnicamente a uma unidade e executar tarefas utilizando a estrutura administrativa de outra, próxima à sua residência.

Durante o ano de 2015, foram instaladas a Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital, responsável pela execução destas medidas em favor dos menores em conflito com a lei; a 7ª Vara Cível do Fórum Regional de Campo Grande, e a 5ª Vara



Criminal da Comarca de São Gonçalo. Já neste ano, foram inauguradas a 3ª Vara de Família do Fórum Regional de Alcântara, em São Gonçalo, e a 2ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Itaboraí. Ainda em 2015, foi criado o Comitê Gestor Regional das Políticas Prioritárias do 1º Grau de Jurisdição com objetivo de fomentar e coordenar projetos e ações para a Política Nacional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Também foi ampliada a informatização do processo judicial. A distribuição mensal de processos eletrônicos na 1ª Instância ultrapassou a quantidade de processos físicos que chegam ao acervo. Em junho de 2016, por exemplo, foram distribuídas 103.265 ações eletrônicas e 51.063 físicas.



## Mediação avança no Estado



*Des. Cesar Cury: qualidade dos cursos de formação foi o fato mais relevante*

**E**stimular a cultura de métodos não processuais para a solução de problemas, esvaziando as prateleiras dos cartórios, continuou a ser o principal desafio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça em 2016. Com 3.313 mediações e conciliações convocadas e 43 por cento das mediações realizadas com êxito, este ano o Núcleo deu novos passos rumos ao seu objetivo: reduzir a sociedade quanto ao uso do aparelho da Justiça.

Segundo o desembargador Cesar Cury, presidente do Nupemec, muitos foram os investimentos feitos em 2016, como: sua estrutura normativa, ampliação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs), melhorias na qualidade da formação de mediadores, maior interlocução com outros tribunais superiores, estaduais e com o Conselho Nacional de Justiça, além do

estabelecimento de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas, como universidades - a Uerj e a Faculdade Cândido Mendes entre elas - e

a Procuradoria do Estado, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Entretanto, para ele o avanço mais impactante foi o investimento na qualidade dos cursos de formação. Foi criado, no ano passado, em parceria com a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ),

o curso de Formação de Mediadores Judiciais, que formou 120 profissionais. No convênio com a Universidade Católica de Petrópolis, a pós-graduação de cursos como Direito, Psicologia e Serviço Social, por exemplo, oferece formação para mediadores. “Quando concluem a pós-graduação, eles já saem como mediadores certificados por nós”, explica. Segundo dados dos CEJUSCs, já existem 1.027 mediadores no Rio.

*“Estimular o uso de métodos fora do aparelho da Justiça vai ajudar a dar celeridade na solução de problemas e a esvaziar as prateleiras lotadas dos cartórios”*

*Des. Cesar Cury*

## Fraudes estão na mira da lei

**A** atual agilidade para identificação de fraudes processuais é o resultado dos investimentos que o TJRJ vem fazendo na digitalização que levou os processos ainda em papel para os meios eletrônicos. O Grupo Antifraude, que começou as suas atividades neste ano, sob a coordenação do juiz das Turmas Recursais Flávio Citro, monitora as ações que chegam aos juizados especiais com o auxílio do Comitê Gestor de Informática. É este órgão que fornece as ferramentas de gestão judiciária: “O Grupo Antifraude não é um trabalho só de prevenção de fraudes, mas de raciocínio sobre como podemos resgatar o papel que o juizado já teve de garantir um espaço exclusivo do cidadão que precisa fazer valer seus direitos”, explica.

Casos como o ocorrido este ano, quando um advogado suspeito de utilizar comprovantes de residência fraudados em uma ação de dano moral foi detido e levado para a delegacia, passaram a ser mais comuns. Ele defendia uma mulher que se dizia prejudicada por ter feito viagens de ida e volta a Cabo Frio e sofrido atrasos. Foi comprovado que o bilhete das passagens era idêntico a outro usado em processo similar e tinha a participação dos mesmos advogados. As semelhanças foram descobertas por meio do sistema informatizado de prevenção do TJRJ.

Ainda este ano, o 4º Juizado Especial Cível da capital prendeu outro advogado acusado de fraudar processos de furtos de relógios Rolex que estariam em bagagem violada em companhia aérea. O objetivo seria lucrar indevidamente com o dinheiro das indenizações. A irregularidade foi detectada pela juíza Flávia Machado após identificar outras queixas semelhantes.

# O paraíso existe e fica ao norte do Brasil

*Praias desertas e águas mornas e transparentes, um dos principais atrativos que os turistas encontram por toda a ilha*

O paraíso fica localizado no Brasil e está a mais de 500 quilômetros da costa de Recife. O arquipélago de Fernando de Noronha tem águas transparentes, praias belíssimas e pôr do sol espetacular. Tudo isso em apenas 17 quilômetros quadrados. A combinação de atrativos faz da ilha o destino ideal para férias e casais apaixonados.

O paraíso brasileiro possui a segunda praia mais bonita do mundo, a Praia do Sancho, de acordo com pesquisa realizada pelo site de viagens TripAdvisor. O local é conhecido pelo mar cristalino, águas calmas e natureza exuberante. O

acesso requer calma e atenção, mas o visual é recompensador.

Outra localidade de rara beleza em Noronha é a Baía dos Porcos, cercada de pedras escuras de origem vulcânica e limitada pelo imponente Morro dos Dois Irmãos.

A praia do Sueste é o lugar ideal para quem curte mergulho, sendo considerada um dos melhores locais do mundo para esta prática. A região possui grande diversidade de animais marinhos e é ponto escolhido pelas tartarugas para se alimentarem. É possível visualizar peixes, arraias, lagostas, tartarugas marinhas e até mesmo

tubarões. Os surfistas preferem frequentar a Cacimba do Padre, especialmente nos meses de janeiro a março, quando as ondas podem atingir cinco metros.

São muitas as atrações de Noronha. Além das citadas, outras localidades como as praias da Conceição, do Meio, do Cachorro, o Buraco da Raquel, o Museu dos Tubarões, o Mirante dos Golfinhos, o Forte da Vila dos Remédios são muito procuradas pelos turistas. Não é à toa que, desde 2001, Fernando de Noronha é tombado pela Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade.



*As águas cristalinas da ilha ajudam a visualizar o grupo de golfinhos*



*Praias douradas ao fim do dia*

# Um espaço de paz ainda pouco explorado



*O desenho dos arquitetos criou soluções harmoniosas para boas caminhadas*



*O belo prédio do Museu Histórico Nacional pode ser melhor observado*



*Escola de Magistratura (dir.) e Museu da Justiça estão no início do passeio*

Terminada a Olimpíada, o Rio de Janeiro passou a observar com mais tranquilidade o legado olímpico. As transformações no Centro não estão restritas ao VLT e ao Boulevard Olímpico. Há outro espaço, ainda pouco explorado, que proporciona um belo passeio por áreas arborizadas, com bancos e vista para o mar e prédios históricos. O local atrai visitantes para o Museu Histórico Nacional, o Museu da Imagem e do Som, o Museu da Justiça, as edificações da Cidade da Justiça e o restaurante Ancoramar (antigo Albamar), instalado no antigo farol da Praça XV. Uma escultura “skatável” multicolorida, com mais de cinco metros de altura, também chama a atenção dos frequentadores. Um local ideal para passeios e para caminhar fora da correria do centro nervoso do Rio.



*Arte “skatável” no meio da praça*



*Restaurante tem nova área externa*



*Bancos: pausa para quem passeia*

# Urca Bossa Jazz faz justiça à boa música

Fotos: arquivo pessoal



A banda logo após uma de suas apresentações. À dir. a cantora Brittany Dilkes e Cinelli, em show na África do Sul

Um sábado na Urca. Os dedos percorrem as teclas pretas e brancas, virtuosamente. Os sons preenchem os espaços do estúdio e os demais músicos vão chegando à casa do desembargador Wagner Cinelli de Paula Freitas para o ensaio da Banda Urca Bossa Jazz, nome em homenagem a um dos mais belos bairros da cidade do Rio e suas paisagens deslumbrantes.

Matheus VK, violonista e compositor; Laudir de Oliveira, percussionista de renome que tocou com Joe Cocker e Paulo Moura, dentre outros; Tino Júnior, no saxofone; Didier Fernan, o baixista; o baterista Paulo Criança e a cantora Bia Falcão completam a presença no ensaio. Claro, como revela o nome da banda, bossa e jazz são o forte no repertório dos músicos, mas eles flertam com todos os gêneros, como o choro, o samba, a MPB e até a música erudita.

O rock também tem vez. Raul Seixas foi o homenageado dos mais recentes shows da banda, por conta das comemorações dos 70 anos do cantor e compositor baiano, um dos grandes nomes da música brasileira. As canções escolhidas transformaram-se também em

CD com 10 faixas, uma delas composta por Cinelli e que dá nome ao disco, lançado no início deste ano.

O projeto teve início em 2015, quando o rei do rock nacional completaria 70 anos, com a música “Saudades do Raul”. A partir da canção foi lançado um clipe de animação. A homenagem se ampliou com os shows e o CD homônimo da banda. “Interpretamos as canções do Raul sem perder os elementos de brasilidade”, avisa o desembargador. Em média, ele participa de duas apresentações por

mês, algumas delas voltadas para causas sociais.

No evento no final de outubro, no Espaço Tom Jobim, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a bilheteria foi integralmente revertida para o projeto Pró-Florescer, uma parceria dos Amigos do Jardim Botânico com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja finalidade é capacitar e preparar jovens de 16 a 18 anos para o mercado de trabalho. Veja os vídeos com algumas apresentações no site [www.urca-bossajazz.com.br](http://www.urca-bossajazz.com.br).



Cinelli e seus filhos Daniel e Gabriela, de 12 anos: música em família

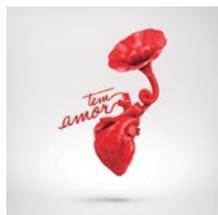
## Banda lança primeiro EP nas redes



Michelle Castilho

Tem Amor após show em São Paulo

Além de serem peças fundamentais para o funcionamento do Tribunal de Justiça, alguns servidores desenvolvem outra atividade fora do trabalho. E a música é a



escolha de parte deles, como Ébano Machel, que trabalha no Serviço de Comunicação e Identidade Visual. Servidor do TJ há 12

anos, o técnico judiciário é músico profissional desde 2003 e, após tocar com diversas bandas, hoje é o baixista do grupo Tem Amor.

Formada em 2015, a banda Tem Amor conta com Ramon Matheus no vocal, Julio Raposo na guitarra, Zé Mario na bateria, Ébano Machel no baixo e Bubu Silva, que era o responsável pelos metais do grupo carioca Los Hermanos, no trompete. O grupo faz uma mistura de estilos, circulando entre o rock e a MPB.

Sempre com letras bem-humoradas que falam do cotidiano das relações amorosas e suas decepções, o quinteto lançou recentemente o seu primeiro EP (capa no detalhe), “Tem Amor”, com cinco músicas. O single “Deu Ruim” virou vídeo e já está no canal do Youtube do grupo. O disco já está disponível para download grátis no site da banda, [www.temamor.com.br](http://www.temamor.com.br).

### ACONTECEU NO TJ



Chico Tadeu

Cultura não faltou no mês de Outubro no TJ. No dia 19, o Museu da Justiça recebeu a reunião plenária da Academia Brasileira de Literatura de Cordel com a presença do compositor e membro da academia Moraes Moreira (ao lado do cordelista Chico Salles). Ele apresentou o Cordel dos Direitos Humanos. Além do cantor, houve apresentações de outros artistas e homenagem ao poeta Antônio de Araújo Campinense, que faleceu no dia 18 de agosto.

## Justiça participa do Lixo Zero

O encontro “Comunidades Lixo Zero: compartilhando soluções” marcou no Museu da Justiça a Semana Lixo Zero, de 21 a 30 de outubro. Durante o evento foram apresentados diversos grupos: a Comissão de Meio-ambiente de Jacarepaguá, o Instituto Guardiões de Gaya, o Planta na Rua RJ - Jardinagem Social, o Viva Bairro - Arte e Educação, a Carpe Projetos Socioambientais, a Patrulhinha de Limpeza de Rio das Pedras, o Coletivo Ecoloja - Feira de Trocas Solidárias, o Projeto Verde Vale da Pavuna e o Projeto Reciclação.



## TJ mantém recorde de produtividade

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro obteve, pela sétima vez consecutiva, o maior índice de produtividade entre os tribunais estaduais do país. A informação foi divulgada durante a apresentação do Relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça. A publicação traz informações coletadas sobre o Poder Judiciário nacional durante o ano de 2015.

Segundo dados do CNJ, o TJ tem percentual de eficiência igual a 100 por cento, número que se mantém desde 2009. O IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) é um indicador que mede a eficiência comparada dos tribunais, independentemente do porte. Os tribunais considerados 100 por cento eficientes são os que conseguem produzir mais com menos recursos.

Além do TJRJ, somente o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul aparece com o mesmo percentual.



# 6ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

28 de novembro a 2 de dezembro

**ABUSO, VIOLÊNCIA, TRÁFICO, FEMINICÍDIO.**

**O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
ajuda a combater estes crimes.**

A 6ª Semana da Justiça pela Paz em Casa  
deu especial atenção aos direitos das mulheres presidiárias.

#### EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

Av. Erasmo Braga, 115 - Rio de Janeiro - RJ - TEL: (21) 3133-2000 - [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br)

PRESIDENTE: Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho • CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA: Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo  
1º VICE-PRESIDENTE: Maria Inês da Penha Gaspar • 2º VICE-PRESIDENTE: Nilza Bitar • 3º VICE-PRESIDENTE: Celso Ferreira Filho  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ • DIRETOR-GERAL: Caetano Ernesto da Fonseca Costa • REVISTA COMPARTILHE  
TIRAGEM: 3.500 exemplares • DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM) • DIRETOR-GERAL: Mauro Ventura  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOI) • DIRETORA/EDITORA: Regina Lunière • REDATOR: César Fernandes • REPÓRTERES:  
Monise Guimarães, Marcelo Moreira e Rosana Bolckau • ESTAGIÁRIOS: Rita Constantino e Julio Trindade • PROJETO GRÁFICO: Maria  
Lúcia Braga • DIAGRAMAÇÃO: Thais Gallart (SECOM) • CAPA: Foto de Samuel Zeller • 4ª CAPA: ALEX FRECHETTE • FOTOGRAFIA: Bruno Dantas e  
Antonio Batalha • IMPRESSÃO: Gráfica do TJRJ (DGLOG/SEGRA) • E-MAIL: [assessoriaimprensa@tjrj.jus.br](mailto:assessoriaimprensa@tjrj.jus.br) • TEL: (21) 3133-2593

**Compartilhe**  
Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

